## INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:4 - INST. PREV. DOS SERVIDORES DE JUCATI



	ISOLADO:4 -	INST. PREV. DO	OS SERVIDORES DE JUCATI		
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL CONTA ÚNICA CONTA ÚNICA RPPS DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUI INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPOI (-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBIL ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO BENS MÓVEIS BENS DE INFORMÁTICA MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-400.963,97 R400.963,97	5.575.785,40 5.976.749,37 5.976.749,37 2.178.278,01 3.798.471,36 0,00 0,00 -400.963,97 -400.963,97 -400.963,97 12.106,80 12.106,80 12.106,80 2.678,80 8.636,00 792,00	PASSIVO CIRCULANTE  OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI  ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR  CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR  FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO  FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZI  FORNECEDORES NACIONAIS  DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO  VALORES RESTITUÍVEIS  CONSIGNAÇÕES  PASSIVO NÃO-CIRCULANTE  PROVISÕES A LONGO PRAZO  PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO  PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS  PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	38.212,76 1.370,82 1.370,82 F 1.370,82 2.930,00 2.930,00 33.911,94 33.911,94 F 33.911,94 34.596.430,10 34.596.430,10 P 20.585.128,01 P 19.599.194,29	2.750,36 444,40 444,40 0,00 0,00 0,00 2.305,96 2.305,96 2.305,96 39.060,264,40 39.060,264,40 14.324,238,03 29.641,625,30
TOTAL	5.869.890,87	5.587.892,20	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO  TOTAL PASSIVO	P -5.587.892,20 <b>34.634.642,86</b>	-4.905.598,93 <b>39.063.014,76</b>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO  PATRIMÔNIO LÍQUIDO  RESULTADOS ACUMULADOS  SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS  SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO  SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES  TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO  TOTAL	Exercício Atual -28.764.751,99 -28.764.751,99 -28.764.751,99 P 4.710.370,57 P -33.475.122,56 -28.764.751,99 5.869.890,87	Exercício Anterior -33.475.122,56 -33.475.122,56 -33.475.122,56 -763.800,01 -34.238.922,57 -33.475.122,56 5.587.892,20

# BALANÇO PATRIMONIAL PERÍODO

Exercício de 2017

#### QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	6.253.142,29	5.976.749,37	PASSIVO FINANCEIRO (38.212,76)+ Restos não Processado(0,00)	38.212,76	2.750,36
ATIVO PERMANENTE	-383.251,42	-388.857,17	PASSIVO PERMANENTE	34.596.430,10	39.060.264,40
			SALDO PATRIMONIAL	-28.764.751,99	-33.475.122,56

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

### Ç**O PATRIMONIAL** 1/12/2017)

#### QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS ( Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	<b>115.000,00</b> 115.000,00	<b>115.000,00</b> 115.000,00			
TOTAL	115.000,00	115.000,00			

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### **ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Dezembro(31/12/2017)

#### NOTA EXPLICATIVA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JUCATI

NOTA EXPLICATIVA: ANEXO XIV – BALANÇO PATRIMONIAL

### 1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: PA A DE Estrutura Conceitual, 01 a 10), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 7º edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2017)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS), as referidas pormas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não Estandardo de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Resounting Standards - IPSAS), as referidas pormas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não Estandardo de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Resounting Standards - IPSAS), as referidas pormas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuírem caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis<sup>1</sup>.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sitema informatizado de contabildade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

¹ A NBC TSP Estrutura Conceitual pode fornecer orientações para lidar com situações a serem evidenciadas pelas entidades do setor público que não são tratadas por outras NBCs TSP ou por outras disposições do CFC aplicáveis às 90 P A SE Extrator público. Nessas circunstâncias, os profissionais da contabilidade podem consultar e considerar a aplicabilidade das definições, dos critérios de reconhecimento, dos princípios de mensuração e de outros conceitos identificados nesta estrutura conceitual. As disposições das normas internacionais de contabilidade, International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), editadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSAS)

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### **ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL**

Dezembro(31/12/2017)

#### NOTA EXPLICATIVA



financeira realizada durante o exercício de 2017. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômicofinanceira do ente municipal.

As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de 👸 Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido. 1

#### 1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme 🖺 disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do 🖺 PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº º 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PF 021 866/Q-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### **ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Dezembro(31/12/2017)

#### NOTA EXPLICATIVA



§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCPconstante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos (grifo nosso).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 27, de 13 de dezembro de 2017, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais bem como revogou a Resolução TC nº 38, de 14 de dezembro de 2016.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, do prazos originias previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários	Imediato (a partir de 2015) - <b>Dívida Ativa</b> e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2017 - <b>Créditos a receber</b> (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Ativos contingentes;	Em implantação

JOSE EDNALDO PEIXOTO DE LIMA, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA /validaDoc.seam Código do documento: 63255d10-5fb4-42f1-9c02-a73db0578261

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

## INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

## Dezembro(31/12/2017)

	NOTA EXPLIC	CATIVA
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2020 - Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência, bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Em implantação
<ul> <li>II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;</li> </ul>	Imediato (a partir de 2015) - <b>Provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - <b>Obrigações com</b> fornecedores por competência	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes, Provisões por competência e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Em implantação
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Em implantação
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Em implantação

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATI

Dezembro(31/12/2017)

	NOTA EXPLIC	<u>ZATIVA</u>	
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou	A partir de 01/01/2019 - <b>Depreciação e exaustão</b> dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio	l	
•	cultural e infraestrutura.		
orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;			
, ,		1 1	ĺ

### 1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

### 1.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### **ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA



#### 1.2.2 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período a que se referirem.

#### 1.2.3 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

### 1.3. 🛮 strutura de apresentação das Notas 🖾 xplicativas em relação aos DCASP

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, a complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios of the complementares applicativas devem ser relevantes, as informações constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios of the complementares applicativas in complementares applicativas incluem os critérios of the compleme

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

#### NOTA EXPLICATIVA

outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.¹ De tal sorte, e com a finalidade precípua de atendimento ao sistema de prestação de contas do TC®-P®, as Notas ®xplicativas foram setorizadas, por meio de anexos, as suas respectivas DCASP, da seguinte forma:

a) Nota ®xplicativa: Anexo II – Balanço Patrimonial (BP);

b) Nota ®xplicativa: Anexo III – Balanço Orçamentário (BO);

c) Nota ®xplicativa: Anexo III – Balanço Financeiro (BF);

d) Nota ®xplicativa: Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

e) Nota ®xplicativa: Anexo V – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC);

f) Nota ®xplicativa: Anexo V – Demonstração do Pluxo de Caixa (DFC);

f) Nota ®xplicativa: Anexo V – Demonstração do Pluxo de Caixa (DFC);

Cabe destacar que o Anexo VI somente será elaborado quando estiver presente a respectiva DMPL, pois este demonstrativo deve ser elaborado apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas. Dessa forma, caso o ente municipal não se enquadre nesse comando de norma, não será necessária sua elaboração.

1.4. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis aplicados ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência ass

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicados ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. 🛚 ste é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que

1 NECT16 6/P1) publicado no Diário Oficial da União em 21 de outubro do 201

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA **CONTADOR** CRC-PF 021 866/Q-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### **ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Dezembro(31/12/2017)

## NOTA EXPLICATIVA

possam causar viés nos valores evidenciados.<sup>1</sup>

### 2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

### 

Tabela 1. Caixa e 🛚 quivalentes de Caixa em Moeda Nacional

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa Moeda Nacional	6.253.142,29	5.976.749,37	4,62%
Conta Única	2.178.278,01	2.178.278,01	0,00%
Conta Única – RPPS	4.074.864,28	3.798.471,36	7,28%

1 NIDO TOD ESTRUITURA CONCEITURA - Estrutura Conceitual para Elaboração o Divulgação do Informação Contábil do Branácito Caral polas Entidados do Satar Dúblio

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

### **ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA



### 2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Outra parte significativa do ativo circulante é composta pela conta "demais créditos e valores de curto prazo", conforme tabela a seguir:

Tabela 2. Demais créditos e valores de curto prazo

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais	4.950,75	0,00	-

### 2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Tabela 3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Ajuste de perdas de investimentos e aplicações temporárias	(400.963,97)	(400.963,97)	-

### 2.3 Imobilizado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

O Imobilizado do ente municipal é apresentado no 4º nível desdobramento das contas contábeis, segregado por Títulos: bens de informática, móveis e utensilios, Máquinas Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas e Demais bens móveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016. Na tabela a seguir são apresentados os saldos finais dos exercícios, respectivos.

Tabela 4. Imobilizado — Bens Móveis e Bens Imóveis

Bens de informática

31.12.2017 31.12.2016 MH/55

Bens de informática

2.678,80 2.678,80 2.578,80 0,00%

Móveis e utensilios

1.447,00 792,00 82,70%

Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

8.636,00 8.636,00 0,00%

2.5 Fornecedores e Contas a Pagar- Nacionais

Compreende as obrigações junto aos fornecedores (nacionais), com vencimento no curto prazo, que totalizaram em 2017 cerca de R\$2,9 mil.

2.6 Demais Obrigações a curto prazo — Consignações

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos. Provisões Matemáticas Previdenciárias de Longo Prazo O Imobilizado do ente municipal é apresentado no 4º nível desdobramento das contas contábeis, segregado por Títulos: bens de informática, móveis e utensílios, Máquinas,

	31.12.2017	31.12.2016	AH (%)
Bens de informática	2.678,80	2.678,80	0,00%
Móveis e utensílios	1.447,00	792,00	82,70%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.636,00	8.636,00	0,00%

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PF 021 866/O-8

### INST PREV DOS SERVIDORES DE JUCATI

### ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

#### NOTA EXPLICATIVA

Tabela	5. Provisões Matemática	as Previdenciárias	s de Longo Prazo	
	31.12.2017	31.12.2016		
Provisões Matemáticas Previdenciárias de Longo Prazo				
Plano Previdenciário - Provisões Benefícios Concedidos	20.585.128,01	14.324.238,03		
Plano Previdenciário - Provisões Benefícios a Conceder	19.599.194,29	29.641.625,30		
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	(5.587.892,20)	(4.905.598,93)		

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros. Quando os ativos financeiros suplantam os passivos financeiros, tem-se posição financeira positiva ou superávit financeiro; por outro lado, quando os ativos financeiros são inferiores aos passivos financeiros, temse posição financeira negativa ou déficit financeiro. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária 1.

No exercício de 2017, o superávit financeiro foi de cerca de R\$6,2 milhões. No exercício anterior o superávit financeiro havia sido de R\$5,9 milhões. A seguir é apresentada a análise sobre a variação ocorrida na posição financeira.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PF 021 866/O-8

### ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

### NOTA EXPLICATIVA

Tabela 6. Posição Financeira – superávit/déficit

	31.12.2017	31.12.2016
(+) Ativo Financeiro	6.253.142,29	5.976.749,37
(-) Passivo Financeiro	(38.212,76)	(2.750,36)
(=) Superávit/Déficit	6.214.929,53	5.973.999,01

Exercício de 2017

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA CONTADOR CRC-PE 021.866/O-8